

CORREIO NACIONAL



Fabio Rodrigues-Pozebom/Agência

Alunos brincam no recreio sem o uso de celulares

Governo regulamenta lei que restringe uso de celular

As regras sobre a restrição do uso de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais por estudantes nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica foram estabelecidas nesta quarta-feira (19). Entre as normas estão estratégias de orientação aos estudantes e capacitação dos profissionais de educação sobre o tema.

A regulamentação da Lei 15.100/2025 foi estabelecida por um decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva

e publicado na quarta no Diário Oficial da União. O documento observa a gestão democrática do ensino e garante a participação da comunidade escolar na adequação das regras ao contexto local.

O detalhamento sobre as exceções para uso dos eletrônicos traz a necessidade de atestado, laudo médico ou outro documento assinado por profissional de saúde para casos em que o estudante necessite do celular para tecnologia assistiva no processo de ensino.

Faixa etária de vacina

Apesar de o Ministério da Saúde ter autorizado a ampliação da faixa etária para o uso de vacinas contra a dengue próximas ao vencimento, pelo menos 11 capitais vão manter o esquema prioritário de vacinação. São elas: Aracaju, Belém, Belo Horizonte, Brasília, Manaus, Natal, Porto Velho, Recife, São

Paulo, Salvador e Vitória. A justificativa das prefeituras e do Distrito Federal é que não há doses a vencer nas próximas semanas. Desta forma, a vacina continuará sendo aplicada apenas em adolescentes de 10 a 14 anos nestas capitais. O Rio de Janeiro já havia ampliado a faixa etária em janeiro.

Bolsas de estudo

Os novos alunos matriculados em cursos de licenciatura presenciais em 2025 que foram aprovados em um dos três processos seletivos do Ministério da Educação (MEC) já podem cadastrar os dados para concorrer a bolsas do programa Pé-de-Meia Licenciaturas.

Essas três seleções

do MEC para ingresso em cursos que formam professores são: o Sisu, o Prouni e o Fies.

O candidato à bolsa deve cadastrar, até 30 de março, o currículo na Plataforma Freire gerida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), vinculada ao MEC.

Alta velocidade no campo

Agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, terão acesso ao sinal de telefonia móvel 4G e internet de alta velocidade no campo. É o que prevê o Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário

e Agricultura Familiar, o Ministério das Comunicações, a Agência Nacional de Telecomunicações e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. O documento foi assinado na quarta durante a 6ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

200 anos de amizade

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o primeiro-ministro português, Luís Montenegro, lideraram, na última quarta-feira, 19 de fevereiro, a 14ª edição da Cimeira Brasil-Portugal.

O encontro reúne líderes dos dois países para discutir e fortalecer a cooperação bilateral

em diversas áreas, como defesa, segurança, justiça, ciência, meio ambiente, comércio, saúde e cultura.

“Esta 14ª Cimeira inaugura uma temporada intensa para a política externa brasileira neste ano”, O presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Setor produtivo dos ovos

A Portaria SDA/MAPA nº 1.179/24, que trata dos requisitos de instalações, equipamentos e procedimentos de funcionamento de granjas avícolas e unidades de beneficiamento de ovos e derivados, uniformiza a nomenclatura de ovos in natura e de produtos de ovos não submeti-

dos a tratamento térmico. Ela entra em vigor no dia 4 de março e foi atualizada pela Portaria SDA/MAPA nº 1.244/25, que concedeu novo prazo para adequações das condições. A produção de ovos vem crescendo ano a ano, e o papel do MAPA é importante nesse processo.

Compra para o Programa de Aquisição de Alimentos

Conab receberá propostas até o dia 20 de março

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) passa a receber, a partir desta terça-feira (18), propostas de compra de alimentos de agricultores e agricultoras familiares. As propostas devem ser encaminhadas até o dia 20 de março para a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) por meio do sistema PAA.Net. Os recursos para compra totalizam R\$ 500 milhões.

As aquisições serão feitas na modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS), onde os alimentos serão destinados ao abastecimento de restaurantes populares e cozinhas solidárias, bem como outros equipamentos da rede socioassistencial e de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional.

As propostas encaminhadas ao PAA devem contar com no mínimo 50% de participação feminina. Além disso, será dada prioridade para os projetos agroecológicos e orgânicos, assim como as propostas com participação de indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais (PCTs) e de assentados da reforma agrária.



Freepik

Iniciativa do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Cada organização fornecedora poderá atingir o limite de R\$ 1,5 milhão por ano, sendo que o limite por agricultor familiar é de R\$ 15 mil.

A iniciativa é do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e conta com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).

“De um lado a transferência de renda e do outro o com-

plemento alimentar, com alimento saudável da agricultura familiar”, disse o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, durante o lançamento do programa deste ano, em Brasília.

Durante o evento, Teixeira lembrou que os programas de compras de alimentos foram praticamente extintos no governo anterior, o que foi um dos elementos que contribuí-

ram para que o país voltasse ao mapa da fome da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

“Eles acabaram com o programa de aquisição de alimentos. O presidente Lula assumiu com 33 milhões de brasileiros no mapa da fome, porque não são políticas de governo, são políticas de Estado que foram desarticuladas, e isso resultou na inclusão do Brasil no mapa da fome da FAO”, apontou.

Recordistas de tiroteios em 2024

Vladimir Platonow/Agência Brasil



Quase um terço ocorreram durante ações policiais

Relatório anual do Instituto Fogo Cruzado indica que, em 2024, foram registrados 6.769 tiroteios nas regiões metropolitanas de Rio de Janeiro, Recife, Belém e Salvador. Como resultado, foram 5.936 pessoas baleadas, 4.104 mortos e 1.832 feridos. Quase um terço do total de tiroteios monitorado (29%) ocorreram durante ações policiais.

Segundo o instituto, o mapeamento nessas quatro metrópoles, que abrangem Sudeste, Nordeste e Norte do país, possibilita identificar padrões comuns e especificidades regionais no uso da força letal pelo Estado. Além disso, é possível compreender a dimensão dos conflitos entre grupos armados no cotidiano de grandes centros urbanos.

“A violência armada segue como um grande desafio. Os impactos são devastadores, especialmente para crianças, adolescentes e comunidades vulneráveis. A flexibilização do acesso a armas de fogo, sem o acom-

panhamento dos mecanismos de fiscalização, combinada com uma política de segurança pública centrada no confronto, tem contribuído para a manutenção deste ciclo de violência, algo que não é novidade, mas que vem aparecendo a cada novo relatório anual”, analisa Cecília Olliveira, diretora-executiva do Instituto Fogo Cruzado.

Os dados do estudo reforçam o argumento. Entre 2017 e 2023, houve aumento de 227% no número de armas registra-

das. No total, há cerca de 4,8 milhões de armas em posse da população civil.

Outro dado preocupante é o de pessoas que morreram em confrontos com agentes de segurança: entre 2015 e 2024, foram 51 mil pessoas.

O Rio de Janeiro registrou 2.532 ocorrências de disparos de arma de fogo ao longo de 2024, com uma média de sete tiroteios diários na região metropolitana. Esse é o menor índice contabilizado pelo ins-

tituto desde 2017, no início da série histórica. O pico foi em 2018, com 9.633 registros.

Na região metropolitana do Recife, houve queda de 1.827 tiroteios em 2023 para 1.748 em 2024, redução de 4%. Mesmo assim, o número de registros em 2024 é o segundo maior da série histórica.

Na região metropolitana de Salvador, os números tiveram pequena redução de 0,4% em comparação a 2023. Foram 1.795 ocorrências de disparos de arma de fogo em 2024, contra 1.804 no ano anterior. Em média, a Bahia registrou cinco tiroteios diários na região metropolitana, com 38% dos confrontos originados em ações policiais. No ano anterior, essa proporção foi de 36,5%.

No Pará, foram 694 tiroteios registrados na região metropolitana de Belém, sendo que 42% ocorreram durante ações policiais. É o maior índice entre os quatro estados monitorados, superando Rio de Janeiro (36%) e Bahia (38%).

STF

Consórcio para a geração compartilhada de energia

O Supremo Tribunal Federal (STF) assinou, nesta quarta-feira (19), acordo para a constituição de consórcio voltado para a geração compartilhada de energia.

A parceria da Corte com a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) e a CEB Participações (CEB Par – Companhia Energética de Brasília) viabilizará o uso de energia limpa e renovável para abastecer o Tribunal.

O consórcio prevê a implantação de uma usina de geração distribuída de energia solar fotovoltaica em uma área de 13 hectares no Setor Habitacional Catetinho, no Distrito Federal (DF).

STJ

STJ recebe denúncia contra Ligia Maria Lima

Em julgamento nesta quarta-feira (19), a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) recebeu a denúncia do Ministério Público Federal (MPF) contra a desembargadora Ligia Maria Ramos Cunha Lima e seus dois filhos pela suposta prática dos crimes de organização criminosa e lavagem de dinheiro.

A magistrada é investigada no âmbito da Operação Faroeste, deflagrada para apurar esquema de venda de decisões judiciais relacionadas a disputas de terras na região oeste da Bahia.

Com o recebimento da denúncia, os acusados passam a ser réus na ação penal.

TCU

Ministério da Saúde deve fortalecer Saúde Digital

Na sessão plenária desta quarta-feira (19/2), o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou medidas para aprimorar a governança e gestão da tecnologia da informação e comunicação no Ministério da Saúde. A decisão, sob relatoria do ministro Bruno Dantas, foca na Estratégia de Saúde Digital para o Brasil 2020-2028, com atenção especial à Rede Nacional de Dados em Saúde e aos programas Conecte SUS, SUS Digital e Informatiza APS.

O ministro Bruno Dantas ressaltou que, em um país tão vasto e diverso como o Brasil, investir em estratégia digital é não apenas inovador, mas essencial para o SUS.

CNJ

Decisões escritas por IA e revisadas por juiz tem aval

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou na terça-feira (18) novas regras para o uso de tecnologias de inteligência artificial (IA) pelo Poder Judiciário, incluindo a previsão de que minutas de decisões judiciais possam ser escritas por meio de ferramentas de IA generativa. Uma vez escritas, tais minutas devem receber “interpretação, verificação e revisão por parte do magistrado”, segundo a resolução recém-aprovada.

Ainda que a redação possa ser gerada artificialmente, o juiz à frente do processo “permanecerá integralmente responsável pelas decisões tomadas e pelas informações nelas contidas”.